



Voto eletrónico Já só falta vontade política

Colocar o voto em papel numa urna metálica é um ato anacrónico quando grande parte da vida dos cidadãos já é digital. **Segurança e inação política são barreiras**



Cruz Vermelha vota com a Multicert

Tecnológica portuguesa ganhou contrato para fazer a votação eletrónica nas eleições da Cruz Vermelha em 190 países

A Multicert ganhou um concurso internacional para o fornecimento de um sistema de votação eletrónica para as eleições da Cruz Vermelha Internacional (e Crescente Vermelho, nos países muçulmanos) que se realiza em dezembro e envolve 190 países. A empresa portuguesa bateu a forte concorrência onde estavam as principais fornecedoras mundiais deste tipo de tecnologia.

No passado fim de semana foi vencida a última etapa quando uma equipa da Multicert esteve em Viena para fazer os testes finais junto de um comité de 30 delegados desta organização internacional. Passado este teste, a empresa portuguesa vai avançar com o projeto. "A segurança e a robustez foram as principais razões que levaram a organização a escolher a nossa solução", diz Jorge Alcobia, presidente executivo da Multicert. "Não há sistemas invioláveis, mas o júri percebeu que a nossa solução oferece mais segurança do que as outras que se apresentaram a concurso."

A adoção do voto eletrónico permite à Cruz Vermelha Internacional, uma organização não-governamental influente e com grande poder económico, ultrapassar suspeitas de falta de transparência nos seus atos eleitorais que são feitos em simultâneo em quase todos os países do mundo.

Cartão de visita

Este é o primeiro negócio internacional de votação eletrónica para a Multicert e Jorge Alcobia acredita que poderá servir de cartão de visita para ganhar outros negócios do género no exterior. Em Portugal, a mesma tecnologia da Multicert vai ser usada nas eleições em algumas organizações profissionais, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Enfermeiros e Ordem dos Advogados. Jorge Alcobia revela que a empresa está em conversações com o Governo da Geórgia para o fornecimento de uma solução de voto eletrónico nas eleições gerais deste país do Leste europeu. O gestor espera que as autoridades portuguesas avancem com um projeto-piloto, num conceito ou nos círculos fora de Portugal, em próximos atos eleitorais.

Criada em 2012, a Multicert é participada maioritariamente pela SIBS e especializou-se em soluções de segurança e certificação digital. Esteve envolvida em projetos emblemáticos, como o cartão do cidadão português, que está a ser replicado noutros países. Em 2014, teve um volume de negócios de €4 milhões e este ano deve chegar aos €5 milhões graças aos negócios internacionais. J.R.

O tema da votação eletrónica em eleições nacionais não é novo. Já foram realizadas várias experiências-piloto em Portugal em eleições autárquicas (1997 e 2001) e europeias (2004) e legislativas (2005). Porém, o tema quase caiu no esquecimento e saiu da agenda política, após relatórios de auditoria realizados por universidades terem concluído que a votação eletrónica tem "mais-valias reduzidas" relativamente ao sistema de votação tradicional em papel e que "não se justifica qualquer investimento".

Uma década volvida, após ter havido uma taxa de abstenção recorde (41,4%) nas últimas eleições legislativas de 4 de outubro, a votação eletrónica remota voltou a estar na ordem do dia. Agora as condições são outras, uma vez que o acesso dos eleitores à tecnologia se democratizou: em março, segundo a Marktest, 5,6 milhões de portugueses acederam à internet a partir dos seus computadores pessoais e mais de cinco milhões de portugueses utilizam smartphones (telemóveis com acesso à internet). Através destes equipamentos, os portugueses entregam declarações de impostos através da internet, pedem certidões a organismos do Estado no Portal do Cidadão, ou executam operações bancárias (*home banking*). Por que razão ainda não é possível o voto *online* se isso pode contribuir para aumentar a participação dos cidadãos no ato eleitoral?

Além dos apertados orçamentais do Estado dos últimos anos terem travado a realização de investimentos em tecnologia, o que tem faltado, segundo Jorge Alcobia, presidente da Multicert, empresa portuguesa especialista em sistemas de segurança e certificação, é sobretudo "vontade política". Mas admite que esta atitude negativa

está a mudar aos poucos e que há uma nova geração de políticos mais aberta à introdução de novas tecnologias em actos eleitorais. "A Multicert deverá fornecer ao Bloco de Esquerda um sistema de votação eletrónica em futuras eleições internas", revela o gestor.

Segurança e participação jovem

A falta de segurança tem sido um dos principais argumentos dos opositores ao voto eletrónico. Apesar de todos os progressos, a verdade é que ainda há poucos países que adotaram votação eletrónica em eleições nacionais. Alguém, como é o caso do Brasil, incluem um sistema de quiosques e de equipa-

Bloco de Esquerda vai adotar voto eletrónico nas próximas eleições internas

mentos eletrónicos nas assembleias de voto. Mas o termo *online* normalmente refere-se à votação remota através de computadores ou smartphones em que são usados diversos métodos de autenticação (código de identificação, caneta USB ou cartão do cidadão).

O mais avançado neste domínio é a Estónia. Este pequeno país báltico, com 1,5 milhões de habitantes, já realizou desde 2005 oito eleições com votação eletrónica, em complemento da votação em papel. "Em 2005 votaram eletronicamente 2% dos eleitores, mas em 2014 já eram 31%, dos quais 5,7% são estónios que estão na diáspora em 116 países", refere Liina Areng,

responsável pelos serviços eletrónicos da Estónia, durante a conferência Identificação Eletrónica realizada a semana passada em Washington. O sistema estónio tem funcionado sem sobressaltos, mas testes e auditorias efetuados pelo Open Rights Group, organização britânica de direitos digitais, revelou algumas vulnerabilidades quando sujeito a código malicioso. Ou seja, é possível fazer alterações na votação dos eleitores deste país nórdico. Um facto que tem dificultado a sua exportação, nomeadamente para o Reino Unido.

Embora admita que não é possível ter uma solução 100% segura contra ataques de cibercriminosos, Jorge Alcobia considera que "no atual estado da arte, a falta de segurança no voto eletrónico não é hoje um argumento válido" e que "são os sistemas convencionais os mais vulneráveis a fraudes". "Basta ver a primeira eleição do George W. Bush para Presidente dos EUA para perceber como ainda é mais simples manipular as eleições físicas", recorda o presidente da Multicert.

A favor do voto eletrónico está a ser usado o argumento que tornaria os atos eleitorais mais atrativos e participados pelos jovens cidadãos. Segundo um estudo da WebRoots Security, grupo de pressão do Reino Unido a favor das novas tecnologias nas eleições, o voto eletrónico levaria a que 79% dos britânicos votassem em futuras eleições, um nível que não é atingido desde 1959. Para esta marca de participação, contribuiria o aumento da votação dos cidadãos entre os 18 e os 24 anos, de 44% para 70%. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias também permitem tornar mais fácil às autoridades ter cadernos eleitorais atualizados, já que grande parte dos jovens eleitores britânicos têm grande mobilidade e vivem curtos períodos em casas alugadas.

JOÃO RAMOS

jramos@expresso.imprensa.pt

VANTAGENS

Menor abstenção

Voto eletrónico facilita e potencia a participação no ato eleitoral de um maior número de eleitores

Adesão dos jovens

Estudos no Reino Unido revelam que o voto eletrónico faz aumentar significativamente a participação de cidadãos entre 18 e 24 anos

Redução de custos

Após o investimento inicial em tecnologia, a redução do custo por votante tende a baixar nas eleições seguintes face à votação em papel

Menos votos inválidos

O número de boletins invalidados de forma acidental tende a diminuir

DESAFIOS

Vontade política

Alguns partidos receiam que uma maior participação dos eleitores possa alterar o seu peso relativo

Segurança

Cibercrime continua a ser uma ameaça que assusta governos e partidos, embora já haja soluções de voto eletrónico que oferecem um elevado nível de segurança

Custo

Investimento inicial no sistema de voto eletrónico continua a ser uma dificuldade, sobretudo quando há apertados orçamentais

Legislação

Falta adaptar a legislação eleitoral ao voto eletrónico como complemento do voto físico e criar processos de consolidação para que não seja possível a dupla votação